

STEMAC ENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa **STEMAC ENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** é uma Companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 03.841.196/0001-35, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 43.3.0005323-7. Está sediada na cidade de Porto Alegre (RS), Avenida Severo Dullius, n.º 1395, sala 1001 - 2, bairro: Anchieta, Cep.: 90.200-310.

A Sociedade tem por objeto social o aluguel de máquinas e equipamentos de geração de energia elétrica e outros equipamentos; a produção e o comércio de energia elétrica e representações; o desenvolvimento de estudos, projetos e construção, operação e manutenção de usinas elétricas oriundas de fontes de energia alternativa (eólica, gás natural, biomassa e hidráulica através de PCH), atividades industriais e comerciais correlatas às descritas, inclusive exportação e importação de equipamentos e componentes: projetos, construção e operação de linhas de distribuição e transmissão de energia elétrica em qualquer classe de tensão; participação em outras sociedades; fabricação, importação, exportação e comércio de Grupos Geradores de Energia, peças e partes, inclusive moto bombas; e serviços de manutenção.

Plano de Reestruturação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 apresentam prejuízos recorrentes de R\$ 3.542 mil (R\$ 3.756 mil em 2022), decorrente da crise econômica que assolou o país a partir do ano de 2014.

As empresas do Grupo Stemac, em 17 de abril de 2018, tendo em vista a situação econômica do País e a necessidade de capital de giro, entraram com pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 10 de maio de 2018, foi deferido o processamento da recuperação pelo Sr. Juiz da 3ª Vara Cível da Comarca de Itumbiara do Estado de Goiás e em 13 de julho de 2018 foi apresentado seu plano de recuperação judicial.

Em 22 de outubro de 2019 a Assembleia Geral de Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Stemac, sendo homologado perante o Juízo da 3ª Vara Cível de Itumbiara em 19 de dezembro de 2019.

A aprovação e homologação do Plano de Recuperação da Companhia possibilitou uma reestruturação abrangente dos passivos e conseqüentemente da estrutura de capital, além de possibilitar continuidade operacional. O plano de Recuperação Judicial está sendo cumprido de acordo com o seu cronograma de pagamento.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de março de 2024.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.4 Instrumentos Financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); custo amortizado; e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da empresa, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado.

Custo amortizado

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

3.5 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária.

3.6 Imobilizado

A Companhia realizou a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a Companhia se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiência anterior com ativos semelhantes.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.7 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.8 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando aplicável.

3.9 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.10 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.11 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.12 Reconhecimento da Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (II) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- (III) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.13 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.14 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Vida útil e valor residual do ativo imobilizado; e,
- b) *Impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis.

NOTA 04 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) Aplicações financeiras:** São classificados como mantidos para negociação ou como caixa e equivalentes de caixa, quando resgatáveis em curtíssimo prazo (inferior a 90 dias). Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado.
- c) Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- d) Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

- **Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

- **Risco de crédito**

A Companhia possui política de análise de crédito dos seus clientes com contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

- **Risco de liquidez**

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

- **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

NOTA 05 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixas Bancos	11	29
Aplicações Financeiras	2	3
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	13	32

As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa CDI.

NOTA 06 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2023	2022
Contas a Receber de Clientes Nacionais	2.615	2.452
Contas a Receber Partes Relacionadas (Nota 8.1)	2.381	2.381
Contas a Receber de Clientes Nacionais LP	-	62
	4.996	4.895
Provisão para Devedores Duvidosos	(1.877)	(1.896)
Total Contas a Receber de Clientes	3.119	2.999
Total do Contas a Receber Circulante	3.119	2.937
Total do Contas a Receber não Circulante	-	62
Aging List Contas a Receber de Clientes	2023	2022
A vencer em até 3 meses	735	310
A vencer entre 3 meses a 1 ano	-	205
A vencer maior que 1 ano	-	62
Vencidos até 6 meses	25	41
Vencidos de 6 meses a 1 ano	8	-
Vencidos de 1 a 2 anos	-	8
Vencidos de 2 a 3 anos	8	30
Vencidos há mais de 3 anos	1.839	1.858
Intercompany (Nota 8.1)	2.381	2.381
Contas a Receber de Clientes	4.996	4.895

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	2023	2022
COFINS	1	2
PIS	-	1
Contribuição Social na Fonte	1	1
Antecipação de IRPJ e CSLL (Nota 14)	138	263
Outros Imp. a Recuperar	-	31
Seguridade Social (INSS 11%)	210	1.442
Total	350	1.740

NOTA 08 - PARTES RELACIONADAS

8.1 Transações com Partes Relacionadas

As transações comerciais realizadas com as pessoas ligadas são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados. Nos mútuos entre as empresas, os contratos preveem taxas de juros similares ao custo de captação de recursos junto ao mercado financeiro.

CLIENTES PARTES RELACIONADAS	2023	2022
Stemac S.A. - Grupos Geradores	2.381	2.381
Total (Nota 6)	2.381	2.381

FORNECEDORES PARTES RELACIONADAS	2023	2022
Stemac S.A. - Grupos Geradores	8.118	7.971
Total (Nota 11)	8.118	7.971

MÚTUO PASSIVO PARTES RELACIONADAS	2023	2022
Stemac S.A. - Grupos Geradores	-	572
Stepie Uni Ltda.	6.496	6.496
Total	6.496	7.068

8.2 Remuneração do Pessoal da Administração

Conforme estabelecido foi atribuída à remuneração dos diretores, em atendimento ao CPC 05 (R1) - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

Benefícios de curto prazo:

	2023	2022
Diretoria	144	144
	144	144

NOTA 09 – IMOBILIZADO

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Total Imobilizado
Taxas de Depreciação Societária	7% a 20%	10%	
Em 31 de dezembro de 2021			
Custo	53.615	16	53.631
Dep. Acum. e <i>Impairment</i>	(38.023)	(16)	(38.039)
Valor líquido contábil	15.592	-	15.592
Baixas	(6.505)	-	(6.505)
Depreciação	(2.830)	-	(2.830)
Baixas da Depreciação	3.401	-	3.401
Saldo Final	9.658	-	9.658
Em 31 de dezembro de 2022			
Custo	47.110	16	47.126
Dep. Acum. e <i>Impairment</i>	(37.452)	(16)	(37.468)
Valor líquido contábil	9.658	-	9.658
Baixas	(2.038)	-	(2.038)
Depreciação	(2.315)	-	(2.315)
Baixas da Depreciação	1.919	-	1.919
Saldo Final	7.224	-	7.224
Em 31 de dezembro de 2023			
Custo	45.072	16	45.088
Dep. Acum. e <i>Impairment</i>	(37.848)	(16)	(37.864)
Valor líquido contábil	7.224	-	7.224

O montante de R\$ 2.315 no exercício (R\$ 2.829 no exercício de 2022) referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de "custos de serviços vendidos" e o montante (R\$ 1 no exercício de 2022) como "despesas administrativas".

NOTA 10 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

A Companhia analisa a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, observando as seguintes indicações:

Fontes externas de informação:

(a) durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;

(b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;

(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo em uso e diminuirão significativamente o valor recuperável do ativo;

Fontes internas de informação:

(d) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;

(e) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será usado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de um ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de um ativo como finita ao invés de indefinida; e,

(f) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Considerando estes fatores externos e internos, a administração não constatou indicação de perda.

NOTA 11 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores – Curto Prazo		
Fornecedores Nacionais	31	36
Fornecedores Partes Relacionadas (Nota 8.1)	8.118	7.971
Total do Passivo Circulante	8.149	8.007
Fornecedores – Longo Prazo		
Fornecedores Nacionais Não Habilitados LP	5	5
Fornecedores Nacionais Habilitados LP	2	7
Total do Passivo Não Circulante	7	12

AgingList Contas a Pagar	2023	2022
A vencer em até 3 meses	8.149	8.007
A vencer há mais de 1 ano	7	12
Contas a Pagar a Fornecedores	8.156	8.019

Obrigações tributárias – Curto Prazo	2023	2022
ISSQN	-	1
PIS	2	3
Cofins	10	14
Impostos a Recolher	109	107
Pert - MP 783/17 (Nota 13)	62	56
Portaria Conj. PGFN - RFB Nº 15 (Nota 13)	125	113
Parcelamento Débitos RJ-PGFN/RFB (Nota 13)	181	120
Total	489	414

Obrigações tributárias – Longo Prazo	2023	2022
Pert - MP 783/17 (Nota 13)	160	202
Portaria Conj. PGFN - RFB Nº 15 (Nota 13)	135	226
Parcelamento Débitos RJ-PGFN/RFB (Nota 13)	2.767	2.439
Total	3.062	2.867

NOTA 12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2023	2022
Circulante		
Capital de Giro	207	204
Total	207	204
Não Circulante		
Instituições Financeiras não habilitadas na RJ	643	643
Total	850	847

Os financiamentos são garantidos por aval e/ou alienação fiduciária, conforme a operação.

Custo médio dos Empréstimos, Financiamentos e Plano Recuperação - RJ:

Taxas	Modalidade	Encargos Anuais
RJ Classe II	-	TR +2% a.a.
RJ Classe III	-	TR +2% a.a.
RJ Classe IV	-	TR +2% a.a.
RJ Classe Robin Hood	-	TR +2% a.a.
RJ Financeiro Incentivador	-	TR +4% a.a.
Extra Concursal	Capital de Giro	CDI + 4,70% a.a.

NOTA 13 - PARCELAMENTOS

Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Medida Provisória nº 766/17 e Medida Provisória nº 783/17, a Companhia optou pelo parcelamento dos débitos tributários no Programa de Regularização Tributária - PRT em 30 de Maio de 2017, e pelo Programa Especial de Regularização Tributária – Pert em 28 de setembro de 2017, incluindo débitos ainda não parcelados, e migrando saldos de parcelamentos anteriores, bem como, optou por parcelamento simplificado (Pepar) em consonância com a Lei 10.522 de 2002, em 09 de novembro de 2017 e novembro de 2019.

O montante devido para a RFB é de R\$ 3.430 sendo R\$ 368 no Curto Prazo e R\$ 3.062 no Longo Prazo.

	2023	2022
Circulante (Nota 11)	368	289
Não Circulante (Nota 11)	3.062	2.867
Total	3.430	3.156

13.1 Parcelamento da Recuperação Judicial

Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Lei 10.522, de 19 de julho de 2002 e portaria PGFN 2.382/2021, a Companhia optou pelo parcelamento da recuperação judicial junto PGNF, incluindo neste, demais débitos em 60 prestações e impostos retidos em 24 prestações, com adesão firmada em 15/10/2021.

NOTA 14 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Ativo	2023	2022
IRPJ Estimativa a Compensar	138	211
CSLL Estimativa a Compensar	-	52
Total Ativo Circulante (Nota 7)	138	263

	2023	2022
Impostos Diferidos (Nota 14.1)	491	546
Total Passivo Não Circulante	491	546

Conciliação da Despesa com IRPJ/CSLL	2023	2022
Despesas com IRPJ	40	(510)
Despesas com CSLL	15	(184)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	55	(694)

14.1 Impostos Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do Imposto de Renda, sobre a base negativa de Contribuição Social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A composição de ativos e passivos de imposto de renda diferido é a seguinte:

Passivo Fiscal Diferido	2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Rev. Devedores Duv.	469	170	639	474	171	645
Prov. Fisc. Prev. Trab.	40	15	55	29	10	39
Depreciação	(871)	(314)	(1.185)	(905)	(325)	(1.230)
Total Passivo Não Circulante	(362)	(129)	(491)	(402)	(144)	(546)

Movimentação Líquida de Ativos e Passivos Diferidos	Prejuízos Fiscais	Provisões	Depreciação	Ganho/Perda Imobilizado	Diferimento Temporais	Total
	Em 31 de dezembro de 2021	1.276		(2.411)	826	448
Constituição / Realização	(1.276)	684	1.181	(826)	(448)	(685)
Em 31 de dezembro de 2022	-	684	(1.230)	-	-	(546)
Constituição / Realização	-	9	46	-	-	55
Em 31 de dezembro de 2023	-	693	(1.184)	-	-	(491)

Os registros dos créditos do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão baseados na expectativa de geração de lucros futuros e histórico de rentabilidade. Pelas projeções técnicas, o imposto diferido deve ser recuperado nos próximos 6 exercícios.

14.2 Conciliação Imposto de Renda e Contribuição Social

	2023	2022
Resultado antes dos Tributos	(3.597)	(3.062)
Alíquota Nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados a Alíquota Nominal	1.223	1.041
Ajustes para Apuração do IRPJ e CSLL efetivos		
Ajustes Temporais (RTD)	(3.190)	(1.607)
Outros Ajustes	1.874	(547)
Base IR e CS	(1.676)	54
Compensação 30% Base Negativa	-	(16)
Diferimento Base IR e CS - Base Negativa	-	(9)
Diferimento RTD IR e CS	(1.085)	(546)
Reversão Diferimento	-	(4)
Reversão Diferimento Períodos Anteriores - Leasing	1.139	(135)
IRPJ e CSLL	55	(694)
IRPJ	40	(510)
CSLL	15	(184)
Alíquota Efetiva	2%	-52%

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PASSIVO A DESCOBERTO

a) Capital Social

O Capital Social é de R\$ 4.284 (quatro milhões, duzentos e oitenta e quatro mil reais), totalmente integralizado, representado por 36.000 (trinta e seis mil) ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 119,00 (cento e dezenove reais) cada uma, dividido igualmente entre os sócios domiciliados no país.

b) Proposta de Distribuição do Resultado

A política de distribuição de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida no artigo 21 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

NOTA 16 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro ou prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	2023	2022
Numerador		
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(3.542)	(3.756)
	(3.542)	(3.756)
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações ordinárias emitidas	36	36
Total	36	36
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação ordinária	(98)	(104)

NOTA 17 - RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2023	2022
Vendas Brutas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.073	2.361
Impostos e Devoluções de Vendas	(195)	(116)
Receita Líquida	1.878	2.245

NOTA 18 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Despesas Financeiras		
IOF	-	(2)
Despesas Bancárias	(2)	(3)
Juros Pagos	(590)	(255)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(39)	(145)
Provisão Juros Empr/Financ/Mútuos	(1.171)	-
Total das Despesas Financeiras	(1.802)	(405)
Receitas Financeiras		
Juros Recebidos	35	4
Varição Cambial Ativa	-	20
Total das Receitas Financeiras	35	24
Resultado Financeiro Líquido	(1.767)	(381)

NOTA 19 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2023	2022
Outras Receitas Operacionais	-	717
Recuperação de despesa	-	1.438
Ganho/Perda Venda de Ativo	144	(1.623)
Total	144	532

NOTA 20 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Companhia estão segurados conforme discriminado a seguir:

Tipo de seguro	Cobertura	Seguradora	Vencimento
Responsabilidade Civil	RC estabelecimento comercial, empregado, prestação serviços local de terceiro, obras civis, produtos, e danos morais R\$ 15 milhões.	AIG Seguros	03/03/2025
RD Usinas	Cobertura para os equipamentos das Usinas de venda de Energia (Cobertura básica + Roubo + Dano Elétrico) VR: R\$ 15.4 milhões - LMI R\$ 5 milhões.	Pottencial Seguros	24/08/2024
Seguro de Vida em Grupo	Cobertura básica - Morte por qualquer natureza 20 vezes o salário.	Met Life	Indeterminado

A Administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais e administrativas.

NOTA 21 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

Conforme CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, por se tratar de valores irrelevantes nas contas de clientes, outros créditos e fornecedores, não houve ajustes a valor presente no resultado da Companhia.

NOTA 22 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica Lajida (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização).

	2023	2022
Prejuízo Líquido	(3.542)	(3.756)
(+) IR, CSLL	(55)	694
(+) Despesas (Receitas) Financeiras Líquidas	1.767	381
(+) Depreciações e Amortizações	2.315	2.830
Ebitda	485	149
Margem Ebitda	25,8%	6,6%